

Marcio de Freitas  
Giovannetti

CLÍNICA  
PSICANALÍTICA

*Testemunho e hospitalidade*



**Blucher**

# CLÍNICA PSICANALÍTICA

*Testemunho e hospitalidade*

Marcio de Freitas Giovannetti

Série Escrita Psicanalítica

Coordenação: Marina Massi

Organização do volume

Alexandre Socha e Marina Massi

*Clínica psicanalítica: testemunho e hospitalidade*

Série Escrita Psicanalítica

© 2018 Marcio de Freitas Giovannetti

Editora Edgard Blücher Ltda.

*Publisher* Edgard Blücher

*Editor* Eduardo Blücher

*Coordenação editorial* Bonie Santos

*Produção editorial* Isabel Silva, Luana Negraes, Mariana Correia Santos,

Marilia Koeppel

*Preparação de texto* Maurício Katayama

*Diagramação* Negrito Produção Editorial

*Revisão de texto* Fernanda Rodrigues Rossi

*Capa* Leandro Cunha

*Paleta de cor da capa* Helena Lacreta

Todos os esforços foram feitos para encontrar e contatar os detentores dos direitos autorais dos textos neste livro. Pedimos desculpas por eventuais omissões involuntárias e nos comprometemos a incluir os devidos créditos e corrigir possíveis falhas em edições subsequentes.

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

[contato@blucher.com.br](mailto:contato@blucher.com.br)

[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

*Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras,

março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados  
pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Giovannetti, Marcio de Freitas

*Clínica psicanalítica : testemunho e hospitalidade /* Marcio de Freitas Giovannetti. – São Paulo : Blucher, 2018.

176 p.

ISBN 978-85-212-1336-9 (impresso)

ISBN 978-85-212-1337-6 (e-book)

1. Psicanálise I. Título.

18-0886

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

# Sumário

Sobre a função testemunho em psicanálise	17
Esboço para uma cena primária e para uma cena analítica no início do século XXI	25
Da transição do nome próprio à fala outra: revisitando a psicopatologia da vida cotidiana	35
Instinto: da teoria da autoconservação à teoria da mortalidade	45
O término do processo psicanalítico: rimas e rumos	57
Considerações sobre a escrita psicanalítica	71
Uma questão hamletiana	79
O divã e a Medusa: breves considerações sobre a natureza das fronteiras na instituição psicanalítica	95
Sobre a natureza e a função do currículo na formação analítica	105
O que é um psicanalista?	113

Hospitalidade na clínica psicanalítica hoje	127
Sobre migrações e transferências	143
Sobre a narrativa freudiana	161
Índice onomástico	176

# Sobre a função testemunho em psicanálise<sup>1</sup>

Segundo G. Agamben, a palavra *testemunho* condensa dois significados que em latim estavam separados: o que deriva da palavra *testis* – aquele que se coloca como um terceiro diante de um processo ou um litígio – e o que deriva da palavra *superstes* – aquele que atravessou e viveu uma experiência até o final e pode, portanto, dar testemunho disso. Mais de quarenta anos vividos na experiência de atender pessoas em meu consultório psicanalítico permitem-me dar um testemunho, ainda que precário, daquela experiência que Freud arrolou entre as “impossibilidades” humanas. Assim, este trabalho, mais clínico que teórico, tem como objetivo mostrar como fui me aproximando à ideia daquilo que chamo de *função testemunho* do analista, que adiciono à originária função interpretativa e à já clássica função continente e/ou de *holding*, conforme teorizadas por Bion e Winnicott. Para aquém da função interpretativa e para além da função continente, ela se apresenta sempre nesse lugar intersticial, no lugar de fronteiras e também de sustentação entre aquelas duas. Menos como um *testis*, mais como um *superstes*,

---

1 Texto inédito escrito em 2013.

o analista vai tentar dar voz e palavra àquilo que não se encontra na área do recalcado, tampouco na área da falência, da ruptura do tecido psíquico, mas mais propriamente na área do “não ter sido possível de ser legitimado enquanto experiência vivida”.

No início dos anos 1990, já analista didata em minha Sociedade, fui procurado por uma mulher – mais de vinte anos mais velha que eu – para iniciar sua análise didática. Seu forte sotaque, bem como sua postura e gestualidade, estavam em total sintonia com seu nome, de origem alemã. Profissional de sucesso e bem situada na área da saúde mental, instigou-me o fato de querer iniciar a longa e dispendiosa formação em nossa Sociedade àquela altura da vida, até porque já havia feito uma muito boa formação psicanalítica em outra séria instituição de São Paulo. Já tinha também muitos anos de análise pessoal. Mas não se sentia uma verdadeira psicanalista, dizia ela, achando que seu trabalho estava ainda muito sombreado por sua formação original, a de fisioterapeuta. Acreditava que a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) poderia lhe legitimar, de alguma forma, no lugar de psicanalista. Iniciados nossos trabalhos, ela me contou que, quando veio da Alemanha para a América do Sul, aos 17 anos de idade, fora recebida pela dra. Adelheid Koch, analista alemã enviada ao Brasil pela International Psychoanalytical Association (IPA) para fundar a nossa Sociedade. “*Ela era amiga de minha família em Berlim, antes de se mudar para o Brasil.*” Conversamos a respeito de um óbvio desejo de se ressituar num ambiente familiar, a SBPSP como representante da família de origem. Por outro lado, como desconsiderar esse *gap* de cinquenta anos?, perguntei.

*É que não fiquei no Brasil naquela época, apenas passei por aqui, tendo ido viver num outro país sul-americano, onde comecei a trabalhar, estudar e onde também me casei com outro emigrante alemão. Mudei-me*

*para o Brasil apenas vinte anos depois, e a dra. Koch já estava praticamente aposentada.*

Percebi que não se estendia muito a respeito daqueles tempos; suas associações giravam mais em torno de sua vida atual, de seu trabalho, da perda do marido há alguns anos e de dores no corpo. Somente após alguns meses de análise é que veio a revelação: ela havia deixado a Alemanha no último barco que partira da Itália por ser de família judaica. *“Mas eu nunca fui judia. Em minha casa, tinha Natal, nunca houve festas judaicas, e só fiquei sabendo disso quando tive que sair da escola que frequentava. Dois anos depois, fui mandada para cá. Ninguém mais de minha família sobreviveu.”* Perguntei-lhe então sobre seu nome, tão alemão. *“É o sobrenome de meu marido, que uso desde que me casei.”* Não usava o nome de sua família, não se sentia judia. Odiava o passaporte que lhe fora dado então, na saída da Alemanha, no qual, como a todas as mulheres judias, fora-lhe acrescentado o prenome Sarah. E ela nunca se sentira Sarah. Posso dizer que esse foi o tema central de sua análise, que durou seis anos. No final, ela estava começando a escrever suas memórias. Nunca as publicou. Sentindo-se legitimada como psicanalista, “pertencendo” agora à Sociedade, a sobrevivente morreu poucos anos depois.

Ela não havia contado quase nada dessa história em sua análise anterior, fato que me surpreendeu de início, mas que, por outro lado, me fez sentir como a primeira testemunha de uma experiência que só agora, para além das dores no corpo e pela impossibilidade de sentir-se pertencendo a algum lugar, era passível de ser legitimada. O impacto que vivi ao longo do processo de sua análise foi imenso. Também precisei de muitos anos – quase dez – para começar a poder teorizar um pouco a esse respeito, o que começou a ocorrer quando, há pouco mais de cinco anos, dois



fatos praticamente sincrônicos me levaram a revisitar a experiência que tivera com aquela mulher expatriada e de nomes adicionados e também escondidos: a leitura de *Homo sacer* e *O que resta de Auschwitz*, de Agamben, que, partindo de Primo Levi, trabalha de forma aguda e precisa a problemática do testemunho, do qual o *musulman*, aquele que sobreviveu – mas apenas enquanto vida nua – ao campo de concentração, é o paradigma; e a experiência com um jovem paciente que, trabalhando e vivendo fora do Brasil, levou-me a experimentar uma nova forma de atendimento: conversávamos por Skype. É claro que, nesses dez anos, experiências com outros analisandos, a chegada da internet e a perplexidade com que todos nós vivemos os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 também tiveram um papel mais do que significativo nessas minhas considerações.

*“Eu tenho duas certidões de nascimento: a primeira, só com o nome de minha mãe; a segunda, quando meu pai me reconheceu”, disse-me aquele jovem de 25 anos em nosso primeiro encontro. Esse encontro havia sido pedido por sua mãe e se dava fora de meu horário de trabalho, pois ela havia me ligado no final de uma sexta-feira pedindo insistentemente que eu atendesse com urgência seu filho, que ficaria apenas mais dois dias em São Paulo, voltando a seu trabalho, na África, na segunda-feira.*

*Quando eu tinha 5 anos de idade, minha mãe passou a viver com outra mulher, que foi de algum modo um pai para mim. . . . Com meu pai mesmo, tive contatos esporádicos até meus 17 anos, quando fui passar uns meses com ele em sua casa nos Estados Unidos. . . . Há dois anos, quando me formei na universidade, fui passar um ano sabático, pegando ondas, na África do Sul. Pouco antes de voltar, recebi uma proposta irrecusável*

*de trabalho, numa multinacional. Desde então, sou um dos responsáveis pelas vendas em cinco países da África, o que faz com que esteja sempre me deslocando de um lugar a outro.*

Ele não me parecia nem um pouco deprimido, ou à beira de um suicídio, conforme me dissera sua mãe. Tampouco queria ser medicado, apenas buscava urgentemente um interlocutor. No final de nosso encontro, disse-lhe que poderia indicar um colega na África do Sul, ao que ele reagiu firmemente: “*Não, eu falei que estou sempre me locomovendo e, além do mais, gostei de você. Por que não falamos por Skype?*”. Titubeei, mas aceitei que poderíamos conversar mais algumas vezes. Quando, depois de umas quatro ou cinco sessões, levantei a possibilidade de encerrarmos as conversas, ele me disse: “*Não saia daí!*”. Percebi que, com sua fala, ele me dizia que agora havia um lugar fixo, do qual eu era o representante. Ou também um lugar que propiciava a emergência de um ponto de vista, uma ancoragem de onde pudesse ter tantos movimentos e deslocamentos no tempo e no espaço. Durante mais de três anos, nos encontrávamos uma ou duas vezes por semana, eu em meu consultório, ele cada vez em um lugar, hotéis em geral. Lugares – ou não lugares, conforme teorizou Marc Augé – foram a temática principal de nossas conversas durante algum tempo. Mais do que interpretações no sentido clássico do termo, minhas intervenções buscavam que ele discriminasse uma cidade da outra, um hotel do outro, hotéis de casas. Num determinado momento, ele me disse: “*Nossa, será que é por isso, para tentar tomar posse, que eu guardo, coleciono todas as chaves dos hotéis e todos os meus boarding passes?*”. Num outro, após me contar que, na véspera, havia perdido a hora e tivera que ir ao aeroporto de pijama, trocando-se no banheiro, eu lhe disse que um filósofo atual escreveu que os aeroportos são o paradigma dos “não lugares”. Ao que ele exclamou:

*“Nossa, será por isso que sempre fico deprimido quando passo pela alfândega? Como faço isso muitas vezes, eu acabo reconhecendo um funcionário e o cumprimento com alegria. Mas ele nem responde, na verdade nem se dá conta de que me viu”.*

O olhar que reconhece, por um lado, e o olhar burocrático daquele que está apenas cumprindo uma tarefa, por outro. Por aí, fui me deparando com aquilo que chamo agora de “função testemunho do analista”. De alguma forma, tem a ver com o reconhecimento daquela pessoa como única, de sua singularidade, de seu nome próprio e de sua humanidade, por assim dizer. De sua existência única. Nem toda mulher judia é Sarah, como queria a mais radical das burocracias, a nazista. Nem todo aquele que passa por uma alfândega é apenas um corpo a ser revistado, como faz a mais banal das burocracias atuais, a dos aeroportos. Não basta para isso que a foto do passaporte ou as digitais nele marcadas confirmem a identidade de cada um. Essa é a questão essencial para a qual me apontavam tanto esse jovem dos tempos internéticos quanto aquela idosa senhora dos tempos de Auschwitz.

O analista propicia, com sua escuta e sua fala, um lugar histórico, um lugar de fato, onde se legitima a experiência vivida. Portanto, não se trata apenas de uma resposta interpretativa, como a que emerge da tópica freudiana, nem uma reconstrução, como emerge da sua teoria estrutural, como em “Construções em análise”. O lugar que emerge daquilo que chamo *função testemunho* é mais próximo daquilo que Walter Benjamin chama de tempo do acontecimento mesmo, o tempo do “Kairós”. Aquilo que é sempre contemporâneo e, por isso mesmo, difícil de ser apreendido. Não se trata, portanto, de descobrir o latente, nem de reconstruir o tecido psíquico rompido, mas de reconhecer, em um novo registro, as marcas de acontecimentos ou de seus vestígios. *Legitimando a palavra do analisando, o encontro analítico vem a tornar possível que*

*a voz do analisando ressoe em uma amplitude maior de significados afetivos, dando lugar e tempo para aquilo que “resta”: a sobra existente em toda palavra e toda narrativa humana. Assim, o analista não é apenas um intérprete-continente, mas um “porta-palavra”, de forma análoga à que Primo Levi foi para o musulman – “aquele que olhou a Górgona de frente” – e, por isso, a verdadeira testemunha.*

Era para esse tipo de “reconhecimento” que apontava a busca de minha analisanda na Sociedade originada pela Dra. Koch. Era para esse tipo de “reconhecimento” que apontava a busca de meu jovem paciente ao falar-me de duas certidões de nascimento. Qual delas é a legítima? Esse reconhecimento só pode se dar na travessia das fronteiras, nesse lugar intersticial que não é nem o do manifesto, nem o latente, nem o da dissolução do tecido psíquico pelo trauma, embora necessite, de algum modo, também desses dois para se efetivar. E são justamente os deslizamentos metonímicos que vão ocorrendo ao longo desse processo que vão produzir novas metáforas. Minha analisanda judia-alemã contou-me alegre e orgulhosamente que sua filha, artista, havia feito uma exposição na qual os objetos expostos eram enormes peças – “restos” de tecidos, todos diferentes, unidos em *patchwork*, como que formando grandes e originais bandeiras. Magnífica alegoria da legitimação de uma identidade. É sempre a nova geração que, revisitando os conceitos clássicos, apreende, de forma nova, os seus “restos”, aquilo que eles traziam em potencialidade e não podia ainda ser lido.

Ao convocar-me a atendê-lo por Skype, meu jovem paciente levou-me a ver que o lugar do analista e aquilo que torna a análise possível não é o seu consultório, nem seu divã, nem mesmo a corporeidade física de um e de outro, nem todo o acervo de conhecimento teórico do analista. É, sim, a possibilidade de deslocar-se do lugar previamente definido e confortável de nosso acervo teórico para poder fazer testemunho do acontecimento que é aquele

encontro, a *talking cure*, não como um terceiro, mas como um participante que é capaz do olhar e da escuta que reconhece e legitima cada experiência humana. Não deixa de ser surpreendente o fato de vermos, com muita frequência, análises bem-sucedidas praticadas por colegas ainda inexperientes, ainda em formação, e análises muito malsucedidas praticadas por grandes mestres. Assim, não são apenas os conceitos que emergem no famoso capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* aquilo que origina a psicanálise. É essencial a escuta viva do apelo do filho ao pai com o qual Freud o inicia: “Pai, você não vê que eu estou queimando?”. Esse apelo ao despertar feito no tempo do presente contínuo é a fala que *resta* daquilo que está aparentemente morto – a teoria reificada e fetichizada – apontando para o lugar fronteiriço: nem o sono, nem a vigília, mas o ser capaz de flutuar entre um e outro, no lugar e no tempo mesmos do sonho, não de sua interpretação. Dessa forma, não se torna consciente o inconsciente, mas legitima-se a expansão das cadeias associativas, favorecendo que, de onde era *isto* – o *resto* –, advenha um tanto mais de EU.

## *Referência*

Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo.



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

# Clínica Psicanalítica

## Testemunho e hospitalidade

**Marcio de Freitas Giovannetti**

ISBN: 9788521213369

Páginas: 176

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2018